

## A POLÍTICA EXTERNA DA NOVA REPÚBLICA: RUPTURA OU CONTINUIDADE?

*José Carlos Brandi Aleixo*

### 1. INTRODUÇÃO

No estudo da política externa de um país, tema complexo e de grande interesse tem sido o de sua continuidade ou mudança. Mas se não é fácil cotejar dois ou mais mandatos já concluídos, provavelmente menos o será definir as características de um governo recém-inaugurado e prognosticar sua futura atuação(1).

As características da política externa da Nova República estão intimamente relacionadas com a vida de Tancredo Neves e as forças que o apoiam.

No passado ele teve mais contato com o mundo exterior na sua condição de Primeiro Ministro. Seu programa, aprovado pelo Parlamento em 28 de setembro de 1961 acolheu a tese da "política externa independente" e elogiou a Operação Panamericana do ex-presidente Juscelino Kubitschek assim como a encíclica "Mater et Magistra" do papa João XXIII(2).

O nome de Tancredo Neves desde muitos anos mas com mais frequência a partir de sua ascensão ao governo de Minas Gerais, em janeiro de 1983, foi lembrado para vir a ocupar o Palácio do Planalto. Conseguiu ele superar possíveis resistências dos governantes à sua candidatura e ampliar na oposição o número de seus adeptos. Seus pronunciamentos estiveram mais voltados para questões internas mas as externas não foram excluídas.

Em reunião dos governadores dos Estados membros da SUDENE, em Recife, disse ele:

"E, ao contrário do que afirma Clausewitz, a guerra não é a continua-

ção da política, mas sua frustração. A guerra sucede ao fracasso dos convênios políticos, principalmente quando ela eclode dentro de uma mesma Nação...

'O direito alheio é a Paz', dizia Benito Juarez — e o mais importante dos direitos sociais é o auto governo"(3).

Em 7 de agosto de 1984, em Brasília, é assinado um documento de *Compromisso com a nação*, por quatro ilustres próceres: Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, Tancredo Neves, governador do Estado de Minas Gerais; Antônio Aureliano Chaves, vice-presidente da República; Marco Maciel, senador pelo Estado de Pernambuco. Os quatro signatários representantes do Partido do Movimento Democrático e da Frente Liberal deliberaram constituir uma Aliança Democrática e estabelecer um programa básico comum de ação política. Nele se lê: "acordaram os signatários que o candidato a presidente da República seja proposto pelo PMDB, que indica o governador Tancredo Neves, e o candidato a vice-presidente da República seja apresentado pela Frente Liberal, que indica o senador José Sarney"(4).

Com relação à política externa o texto, verdadeiro protocolo de intenções, é sóbrio. Contém ele as duas seguintes passagens: "Reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional" e "Política externa voltada para a preservação da soberania dos Estados, segurança e justiça internacionais e busca da paz(5).

Pouco depois Tancredo Neves deixou o governo do Estado de Minas Gerais. Satisfez assim à exigência de seis meses de desincompatibilização e adquiriu condições de se dedicar plenamente à campanha eleitoral.

Ampla movimentação popular, sobretudo nos grandes centros urbanos, preparou e justificou a consagrada vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro. Obteve ele neste dia 480 votos, representando 70% dos 686 possíveis, enquanto seu adversário Paulo Maluf recebeu apenas 180(6). Os sufrágios do ex-governador de Minas Gerais provieram principalmente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Partido da Frente Liberal e de dissidentes do Partido Social Democrático. Vale recordar que no dia 8 de setembro de 1961 a indicação de Tancredo Neves para Primeiro Ministro foi aprovada no Parlamento por 259 contra 22 votos(7). Em ambos os casos ele surge como nome de conciliação apoiado por forças heterogêneas. Mas se em 1961 sua escolha ocorre no contexto de uma crise

institucional ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros, em 1985 sua vitória coroa um processo de crescente abertura política e renúncia maior consolidação das instituições republicanas. Em 1961 ele é mais um civil a ocupar elevados cargos. Em 1985 é o primeiro em tal condição, em 21 anos, a ser eleito para a mais alta magistratura do país.

Na história do Brasil muitos presidentes eleitos viajaram ao exterior antes da posse(8). Tancredo Neves, com pequena comitiva de familiares e assessores foi acolhido com simpatia e respeito pelos governos que visitou na Europa e na América. Seu périplo de menos de duas semanas, abrangeu os seguintes Estados: Vaticano, Itália, França, Espanha, Portugal, Estados Unidos, México e Argentina. Durante a escala em Lima, Tancredo Neves encontrou-se, no aeroporto, com o presidente peruano Belaunde Terry.

Este número reduzido de países deve-se, em boa parte, ao tempo relativamente curto de apenas dois meses entre datas de eleição e de posse. Os convites foram mais numerosos.

Cabem algumas observações em relação ao itinerário. Sendo o Catolicismo a religião da imensa maioria dos brasileiros e inclusive de Tancredo Neves, e dada a importância das relações entre a Igreja e o Governo, era muito lógica uma audiência com o Papa João Paulo II(9). Itália, França, Portugal e Espanha são países latinos e de regime democrático com os quais o Brasil mantém importantes vínculos culturais, políticos e comerciais. As prováveis conseqüências do ingresso dos dois últimos na Comunidade Econômica Européia deve ter sido objeto de diálogo e estudo. Em Lisboa devem ter sido analisadas as relações dos sete países independentes de língua portuguesa entre si. Nos Estados Unidos, maior credor e parceiro comercial do Brasil, certamente estiveram em pauta questões como o diálogo Norte-Sul, a situação da América Central, o tráfico de narcóticos, o FMI, a dívida externa, o comércio mútuo etc. No México e na Argentina, países como o Brasil, com grandes dívidas externas, as conversações incluíram a cooperação das nações em desenvolvimento entre si, o estreitamento dos vínculos dentro da América Latina etc. Em todas as partes foram consideradas as relações bilaterais.

Em cada um dos países do itinerário, Tancredo Neves foi recebido pelos respectivos Chefes de Estado e de Governo. Foram numerosas as distinções concedidas a Tancredo Neves. São exemplos: o título de doutor "honoris causa" pela Universidade de Coimbra; o privilégio de ser recebido pelo Conselho Permanente da OEA; o convite para falar no "National Press Club" de Nova York.

A viagem demonstrou o grande interesse pessoal do presidente pela política externa. Durante ela foram numerosas as entrevistas coletivas à Imprensa. Em Roma falou a mais de 150 jornalistas. Demonstrou-se o grande interesse do mundo pelos acontecimentos do Brasil(10).

O pensamento mais atual de Tancredo Neves sobre política externa foi exposto particularmente na Conferência que pronunciou na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em 29 de novembro de 1984(11). Seu comparecimento a ela foi mais uma demonstração de estima pelo Parlamento que, ao que tudo indica, ocupará mais espaço na Nova República. O político mineiro abordou o tema outrossim na entrevista de 17 de janeiro(12) comprovando assim seu apreço pelos meios de comunicação social. As diretrizes da Nova República aparecem também no discurso de posse(13) e em declarações do novo Chanceler, Dr. Olavo Setúbal.

Estes textos são pois particularmente relevantes para uma exposição sobre a política externa da Nova República.

## **2. LINHAS GERAIS: "DIPLOMACIA PARA RESULTADOS"**

Pode-se antever que as linhas mestras da política externa do Brasil serão mantidos pela Nova República. Na verdade elas foram, de modo geral, apoiadas pela Oposição nos dois últimos períodos presidenciais de 1974 a 1985. O próprio Dr. Tancredo Neves elogiou várias vezes a atuação do Ministério das Relações Exteriores.

Na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados disse ele em 29 de novembro de 1984:

"Sempre defendi a política externa do Itamaraty nas suas linhas gerais e fundamentais. Tenho mesmo dito que se há ponto na política brasileira que encontrou um consenso de todas as correntes de pensamento, esse ponto é realmente a política externa levada a efeito pelo Itamaraty"(14).

Algumas passagens desta mesma conferência manifestam o pensamento do presidente eleito sobre linhas gerais e prioridades de sua política externa:

"O Brasil marca sua presença no cenário internacional pelo diálogo e por formas de relacionamento externo baseadas na cooperação e não na confrontação, ou na busca de liderança e hegemonia.

O Brasil não poderá deixar de dar a sua contribuição para, de um lado, reforçar a paz e reduzir as tensões internacionais, e, de outro, reformular as normas de comércio e das finanças internacionais pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica"(15).

"A execução do novo programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais, refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Procuraremos ampliar relações com todos os nossos parceiros, independentemente do nível de desenvolvimento de cada um.

Com os países desenvolvidos, cultivaremos relações de cooperação, que esperamos sejam crescentemente proveitosas, em termos que atendam aos nossos interesses. Encontramo-nos, no campo financeiro, na posição de devedores de vários desses países, mas, nos campos do comércio, da tecnologia e dos serviços, somos e seremos, cada vez mais, seus acirrados competidores"(16).

Em sua primeira fala como presidente eleito disse Tancredo Neves:

"Se não vemos as outras nações como inimigas, e as não vemos assim, devemos ter a consciência de que o mundo se contrai diante da árdua competição internacional. Acentua-se a luta pelo domínio de mercados, pelo controle de matérias-primas, pela hegemonia política. As ideologias, tão fortes no século passado e na metade do século XX, empalidecem, frente a um novo nacionalismo.

Ao mesmo tempo, fenômeno típico do desenvolvimento industrial e da expansão do capitalismo, surge nova realidade supranacional nas grandes corporações empresariais. Aparentemente desvinculadas de suas pátrias de origem, tais organizações servem, fundamentalmente, a seus interesses"(17).

Em sua entrevista coletiva de 17 de janeiro de 1985 asseverou o presidente eleito:

"A nossa política externa é feita assim por círculos com um centro. A prioridade absoluta é com a América, e depois nós temos a prioridade com as nações européias, e depois as prioridades para com as nações do Oriente Médio. Com relação à política levada a efeito pelo nosso governo, com relação ao Continente, será sempre incrementar, por todos os meios possíveis, todas as medidas e todas as iniciativas tendentes a sua maior integração dos nossos povos."

... "Em suma a política externa do Brasil é uma política pragmática, uma política objetiva, porque nós preservamos, acima de tudo, os princípios básicos de nossa política externa. A luta pela paz, a luta pela autodeterminação, e a luta pela não intervenção na vida dos povos de todo o mundo"(18).

Pode-se prever que a política externa do Brasil na Nova República continuará sendo ditada pela sua condição assumida de país latino-americano, atlântico, lusófono pluri-racial, cristão, ocidental e em desenvolvimento. Naturalmente as inspirações gerais deverão ser aplicadas aos casos concretos de acordo com a própria evolução dos acontecimentos internos e externos. Cabe ressaltar que a última destas características, a de país em desenvolvimento, deverá alterar-se com o tempo e o esforço da população. O Brasil pertence ao Terceiro Mundo porque assim ainda o dizem as estatísticas referentes às suas condições de saúde, escolas, alimentação, moradias, escassez de capital, dependência tecnológica etc. A união dos países do Terceiro Mundo entre si continuará sendo importante para a superação das dificuldades comuns(19).

O presidente Tancredo Neves manifestou particular empenho em uma ação coordenada e integrada dos Ministérios. Respeitando suas atribuições específicas, sua intenção clara é a de obter de cada ministro, tendo em conta seus talentos, o máximo de colaboração para enfrentar e resolver os problemas do país. A questão da dívida externa é um exemplo a propósito.

Em 7 de março de 1985 o futuro ministro das Relações Exteriores, Dr. Olavo Setúbal, depois de conversar com o presidente eleito Tancredo Neves, disse que no próximo governo o Itamaraty adotará a política de "defender nos foros internacionais as regras que favoreçam os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, e não as regras montadas pelos países ricos para manter o atual status quo"(20). Se a venda é um processo de livre iniciativa, que não é estatal no sistema ocidental as regras que definem o *dumping* e o comércio local ou desleal são discutidas no GATT. "Aí é que o Itamaraty, deverá atuar com grande intensidade"(21), salientou o futuro chanceler.

Após ter elogiado a política exterior do Itamaraty, consensual e apoiada por todo o país acrescentou: "por isso não há necessidade de modificações, apenas de ir atualizando os novos casos que vão surgindo para serem enfrentados"(22). Para ele o Brasil não tem problemas políticos na área externa, apenas econômicos e tecnológicos. O Itamaraty contribuirá com sua experiência particularmente em matéria

de desenvolvimento e absorção de novas tecnologias. A questão da Antártica também merecerá suas atenções.

Em seu discurso na Comissão de Relações Exteriores da Câmara disse o então candidato Tancredo Neves:

“O Itamaraty deverá integrar-se de forma mais efetiva, na vida política nacional e, em linha com as preocupações predominantes na sociedade brasileira, deverá voltar-se, em especial, para a atuação no campo econômico, por meio de um desempenho mais ativo e desinibido no campo financeiro e comercial externos, sem prejuízo dos seus objetivos políticos e de sua projeção cultural.

Nesse sentido, o Itamaraty deverá ser chamado a emprestar sua experiência negociadora, juntamente com os Ministérios da área econômica, na execução das políticas que vierem a ser definidas com o objetivo de abrir novos mercados para os nossos produtos e de discutir, com bases mais realistas, as formas de amortização da dívida”(23).

Disse o presidente eleito, em 17 de janeiro de 1985:

“Tenho manifestado de maneira inequívoca que sou contrário à moratória unilateral. A moratória não resolverá nenhum dos problemas financeiros do Brasil. A moratória significará uma suspensão brusca dos nossos pagamentos com os nossos credores, o que significaria um abalo total na nossa economia. As nossas reservas não são suficientes para que possamos bancar um jogo dessa violência. Temos que assegurar a importação de nossas matérias-primas. Temos que assegurar a nossa importação de petróleo, hoje felizmente uma crise menos aguda do que era há dois anos atrás. Temos que assegurar um mínimo de estabilidade econômica para que o país alcance o seu desenvolvimento”(24).

No seu discurso de posse em 15 de março o novo Chanceler Olavo Setúbal traçou as linhas e prioridades de sua gestão.

“Seu ponto de partida é a explicitação de nossos interesses concretos no que se refere à retomada do crescimento e à redução de nossa vulnerabilidade externa nos campos financeiros, tecnológico e comercial.

No campo político será mantida a tradição desta casa na esfera dos princípios da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da solução pacífica para as controvérsias, especialmente na América Central, da ação conjunta latino-americana para o encaminhamento

das dificuldades comuns, do respeito aos direitos humanos. No campo das relações econômicas enfatizar-se-á, dentro do amplo desejo da retomada do crescimento e da recuperação do nível tanto do emprego quanto da renda, a questão da dívida externa”(25).

Na mesma ocasião salientou-se a necessidade da coerência entre reivindicações de mudanças na política internacional e a realização destas mudanças na política interna:

“Nosso desejo comum é o de que possamos advogar nos foros internacionais, o que realmente praticamos no plano nacional, conciliando a reivindicação de uma nova ordem econômica mundial com um esforço capaz de eliminar nossos próprios desequilíbrios internos. Ambas as esferas de nossa política — a interna e a externa — devem ser unívocas em seus propósitos e motivações, a fim de que o País tenha autoridade moral nas suas relações estratégico-diplomáticas”(26).

No seu discurso de posse o novo Secretário Geral do Itamaraty, Emb. Paulo Tarso Flecha de Lima, salientou que a política externa deve contribuir para a solução de desafios internos:

“Hoje mais do que nunca, exige-se da política externa uma especialíssima sensibilidade para as situações internas. O Brasil já caminha firme na estrada da democracia, e se volta para a superação das desigualdades dramáticas, que ainda marcam a nossa sociedade. É necessário que a diplomacia não ignore o processo e transformação que se esboça”(27).

O Chanceler Olavo Setúbal considerou ilusória uma “distinção conceitual entre grandes conflitos, como os de caráter político, e os pequenos conflitos, como os de natureza comercial. “Estes últimos tendem a inserir-se num contexto mais amplo e mais complexo de segurança coletiva e balança de poder”(28).

O novo Secretário Geral, Emb. Paulo Tarso Flecha de Lima endossou plenamente estas idéias e comentou: “Há cerca de quatorze anos tenho lutado neste ministério, através do Departamento de Promoção Comercial, para que se abandone uma visão superada das relações internacionais, que pretende lidar com fenômenos políticos puros, tratando assuntos econômicos, comerciais e técnicos como verdadeiras questões de segunda classe da diplomacia... A política de nossos dias é uma política global, a exigir... diversos níveis de leitura, diversas modalidades de discurso e um sem número de formas de atuação”(29).

No mesmo discurso de 15 de março sintetizou o chanceler:

“A diretriz fundamental de minha administração deve ficar bastante clara: toda diplomacia independentemente de sua dimensão estratégica, econômica ou valorativa, tem um caráter inequivocamente político. E a política, que não se reduz a jogos retóricos, é antes sinônimo de performance e desempenho na consecução de anseios coletivos.

É por isso que nossa política externa deve ser uma diplomacia para resultados — ou seja, flexível, criativa e realista”(30).

O Congresso deverá ocupar importante espaço na política externa do Brasil. O próprio Chanceler aludia a isto no seu discurso de posse:

“Como liberal que sempre fui, sei por experiência própria, o quanto a eficiência e a legitimidade de uma gestão no Executivo estão vinculadas a um estrito relacionamento com o Legislativo. Sem um sistema adequado de controle não há nem responsabilidade no gerenciamento do patrimônio da coletividade nem correspondência à vontade política expressa por um mandato”(31).

Comentando o relacionamento futuro do Chanceler com o presidente eleito e com o Congresso escreveu o conhecido jornalista Carlos Conde:

“Tudo indica que o novo Chanceler Olavo Setúbal receberá amplo apoio do presidente Tancredo Neves para dar seqüência à diplomacia brasileira que vem sendo implantada nos últimos dez anos. Também merecerá o apoio de seu partido a Frente Liberal, da qual é o principal representante em São Paulo e, até por isso, seu candidato natural ao Palácio dos Bandeirantes. A oposição embora construtiva deverá situar-se no PMDB, que certamente preferiria uma política externa mais avançada de que aquela que Setúbal teria em mente. Essa oposição estaria bem marcada nas duas comissões de relações exteriores do Congresso”(32).

### **3. RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA**

Ao incluir o México e a Argentina no seu itinerário de presidente recém-eleito Tancredo Neves quis demonstrar seu apreço pela América Latina(33). Tudo indica que os vínculos da Nova República com esta região em geral e com a América do Sul em particular serão intensifi-

cados. Para isto deverá também contribuir o fato de que aumentou ultimamente o número de governos civis democraticamente eleitos(34).

Na Comissão de Relações Exteriores da Câmara disse Tancredo Neves:

“O processo de integração das nações da América do Sul tem de ser acelerado e cada vez mais intensificado. Temos de fazer do continente sul-americano realmente uma nação totalmente harmonizada na linha dos seus interesses e na integração dos seus objetivos de ordem política, cultural e econômica. Temos tudo para isso. As nossas economias se identificam, são complementares, e, sendo assim, temos realmente de fazer um grande esforço para realizarmos o nosso grande mercado comum e, se possível, criando uma moeda sul-americana que nos coloque fora do constrangimento e contra a contundência de moedas mais fortes trazidas para nosso mercado(35).

Em seguida salientou que “o nosso relacionamento com a Argentina é hoje como nunca foi no curso de nossa história(36). Lembrou o acordo tripartito entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai assim como o reiterado apoio do Brasil à tese da soberania da Argentina sobre as Malvinas.

Na conferência de 29 de novembro de 1984 Tancredo Neves considerou certa a política do Brasil em relação à Nicarágua e à América Central em geral(37). Disse ele:

“Sempre reconhecemos o Governo da Nicarágua, prestigiamos as instituições da Nicarágua. Qualquer tipo de intervenção militar na Nicarágua, ainda que disfarçada, tem merecido da parte do Governo brasileiro uma ação de protesto”(38).

“... Posso repetir que a política do Brasil em relação à Nicarágua é certa. Sustentando o princípio da não intervenção, da autodeterminação, reconhecemos a todos os povos da América Central o direito de escolherem o seu sistema político... Nosso posicionamento tem de ser de apoio total ao grupo de Contadora e de manifestações públicas e notórias de que não aceitamos qualquer tipo de violência ou de violação, não apenas das instituições nicaraguenses, como também do seu território”(39).

“Apoiamos o grupo de Contadora em toda a sua ação, toda a sua atuação e em todo o seu desenvolvimento. E sustentamos de maneira a mais clara, a mais positiva e a mais afirmativa os princípios da não-intervenção e o princípio da autodeterminação dos povos. Recusa-

mos todo e qualquer tipo de ingerência, militar ou não, por motivos ideológicos, e reconhecemos a todos os povos, não só da América Central, mas a todos os povos do mundo, o direito de se organizarem de acordo com as determinações da sua própria formação histórica ou do desejo da maioria dos respectivos povos”(40).

Na entrevista coletiva de 17 de janeiro de 1984 perguntado sobre sua posição quanto à América Central disse: “É manter a mesma política que o Itamaraty tenha seguido até agora. Nós somos pela autodeterminação, somos pela não intervenção e envidaremos todos os meios ao nosso alcance, dentro das nossas possibilidades, para que seja assegurada plenamente a soberania das nações da América Central”(41).

Cuba é atualmente um dos poucos países do mundo com os quais o Brasil não mantém relações diplomáticas. Iniciadas em 1906 elas foram rompidas, por iniciativa do Movimento de 31 de Março, em 13 de maio de 1964. Ultimamente o tema do reatamento tem sido mencionado com grande freqüência.

Ao que tudo indica o período de maior distanciamento entre os dois países já passou. O processo de “rapprochement” está em andamento embora lento. Há contactos em organismos ou reuniões multilaterais para o estudo de temas como o açúcar, os direitos da mulher etc... Há encontros nos esportes, em concursos literários etc. Uma missão comercial brasileira chefiada por Rui Barreto visitou Cuba na atual década. Membros brasileiros do Parlamento Latino-americano também já estiveram em Havana.

Respondendo a indagação do deputado Luiz Sefair disse Tancredo Neves na Comissão de Relações Exteriores em 29 de novembro de 1984:

“O problema do Brasil com Cuba é uma posição realmente singular. Temos uma grande admiração pelo povo cubano, pela sua história e pela sua contribuição, em todos os setores, ao convívio na América do Sul. Temos com Cuba até alguns pontos de contato. Por exemplo, na política internacional do açúcar, é comum Brasil e Cuba estarem harmonizados, defendendo muitas vezes as mesmas posições. E em outros setores de ordem econômica, em que temos problemas afins, essa tem sido uma norma de conduta da diplomacia brasileira.

Com relação ao reatamento de relações do Brasil com Cuba, entendo que não nos defrontamos no caso, pelas peculiaridades da política

brasileira, com um problema político. Politicamente, ninguém oporia qualquer restrição ao reatamento de relações do Brasil com Cuba. O que se dá, porém, é que estamos diante de um problema que as nossas autoridades entendem ser de segurança nacional. E quando se trata de um problema de segurança nacional, a política não pode deixar de ser outra do que aquela ditada pelos órgãos de segurança nacional”(42).

Para o presidente eleito Tancredo Neves o reatamento de relações diplomáticas com Cuba deve depender de uma consulta aos órgãos de segurança nacional e ao mais alto deles o Conselho de Segurança Nacional, presidido pelo próprio Presidente da República e constituído também pelo Vice-Presidente da República e todos os Ministros de Estado (artigo 88 da Constituição). Evidentemente com o novo Ministério empossado em 15 de março de 1985 e modificações nas assessorias poderá surgir uma opinião favorável ao reatamento(43). Há notícias de que este é o pensamento do atual Vice-Presidente e Presidente em exercício Dr. José Sarney. E o novo chanceler admite discutir a matéria. Serão estudadas cuidadosamente as circunstâncias. Mas o reatamento em si parece apenas questão de tempo. Muito recentemente a Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprovou indicação favorável ao reatamento.

#### 4. RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A Nova República considera de fundamental importância seu relacionamento com Washington. Compartem ambos países muitos valores sobretudo em termos de organização política interna. São sociedades abertas com alto grau de pluralismo em matéria de partidos, meios de comunicação social, escolas, Igreja etc. Os EUA são o maior parceiro do Brasil. Em seus pronunciamentos o presidente eleito tem expressado, porém, sua preocupação na área das relações comerciais, financeiras e econômicas.

Disse ele na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados:

“Mas onde se acentuam os nossos conflitos com os nossos amigos norte-americanos é justamente na área econômica, e esses conflitos são de duas naturezas. O primeiro se situa na área do protecionismo, e o segundo, na área da dívida externa. Com relação ao protecionismo convém acentuar que as relações comerciais entre o Brasil e os

Estados Unidos ganharam grande complexidade no curso das últimas décadas... .. É natural que o Brasil e os Estados Unidos, como países em diferentes estágios de progresso econômico, muitas vezes vejam as questões do comércio sob prismas diversos. Os Estados Unidos tratam de defender suas indústrias, sobretudo as que vêm perdendo eficiência e competitividade. O Brasil que não só para crescer, mas também para superar as atuais dificuldades do balanço de pagamentos, precisa manter ritmo elevado de aumento das exportações, quer abrir espaços nos mercados dos Estados Unidos e terceiros mercados, onde tem que deslocar os concorrentes americanos”(44).

Na mesma oportunidade afirmou o presidente eleito que não são coincidentes as posições do Brasil e dos Estados Unidos em matéria de informática. A Lei recentemente elaborada pelo Congresso Nacional consagrou a reserva de mercado. “A posição dos Estados Unidos em matéria de informática, evidentemente, se assenta na enorme superioridade gerencial, financeira e tecnológica de sua indústria que, num regime de livre acesso para fornecedores do estrangeiro, facilmente conquistaria o mercado brasileiro, onde a indústria nacional dá os seus primeiros passos”(45).

Brasil e Estados Unidos competem entre si na manutenção ou conquista de mercados para produtos tão variados como armamentos, serviços de consultoria e engenharia, soja, frangos congelados etc.

Também na comissão de Relações Exteriores da Câmara Tancredo Neves abordou o problema da dívida externa brasileira. Sabe-se que os Estados Unidos são os maiores credores. Disse ele:

“Onde, porém, os nossos problemas se agudizam é no campo da dívida externa do Brasil... O problema se divide em duas naturezas: a do mercado do capital de risco e do capital financeiro ... Hoje o que recebemos com o capital de risco é relativamente uma importância mínima em face do que temos não só de remeter, mas do que recebemos através do mercado financeiro... Mas onde encontramos realmente sérias dificuldades é no pagamento dos juros da dívida, que representa, no momento, perto de quatorze bilhões de dólares anualmente, o que significa muito mais do que o saldo líquido de nossa Balança Comercial ... O problema, hoje, por conseguinte, é um grande debate de como fazer para pagarmos os juros de nossa dívida sem interrompermos o nosso processo de desenvolvimento econômico, ou sem prolongar no tempo um já indesejável e insuportável processo de recessão econômica”(46).

Na sua primeira entrevista coletiva após sua eleição afirmou Tancredo Neves:

“Com relação aos Estados Unidos a nossa política externa está hoje muito balizada. Nós não temos problemas políticos com os Estados Unidos, temos problemas econômicos. Os Estados Unidos ferem a nossa economia de maneira muito contundente, através da sua política de juros, que é uma das causas fundamentais da exacerbação inflacionária em nosso País. Em segundo lugar, através da sua política protecionista que é realmente uma iniquidade, de vez que o Brasil representa no global do comércio externo americano menos de 2% desse volume, e apesar dessa insignificância da nossa presença no mercado dos Estados Unidos, os nossos produtos, como nosso aço, os nossos produtos de couro, os nossos produtos têxteis, recebem realmente injustificáveis sanções de ordem protecionista na nação do Norte, que não obstante continua sendo o nosso maior parceiro econômico: dos 12 bilhões de saldos positivos em nossa balança comercial, este ano, 6 bilhões advém dos Estados Unidos”((47).

No discurso de posse asseverou o novo Chanceler sobre as relações Norte-Sul:

“Não há novidade no fato de os países desenvolvidos destacarem-se hoje, por uma defesa deformada de seus interesses na competição aberta e do mercado livre, símbolos máximos do liberalismo econômico. No plano comercial, todavia, continuam adotando práticas restritivas contra as exportações de manufaturados, por parte dos países em desenvolvimento, procurando dividir em novas categorias de desenvolvimento as nações não avançadas, com o objetivo de negar tratamento preferencial aos países de industrialização recente, como o Brasil, e mantendo deprimidos os preços dos produtos primários tradicionais, fontes determinantes de receita para os países pobres.

O resultado dessa incongruência entre um discurso liberal e uma prática econômica pragmática é a persistência da desigualdade entre os Estados. Deste modo a América Latina, a África, a Ásia e o Oriente Médio, cujos respectivos países reproduzem internamente o mesmo desequilíbrio entre o Norte e Sul, vão enfrentando obstáculos intransponíveis para combater as disparidades sociais e lutar pela sua modernização econômica. Ora à medida em que aumenta a assimetria entre as nações, elevam-se os graus de insegurança e instabilidade internacional. E como dizia o ministro Araújo Castro, a segurança coletiva de caráter político é o verso de uma moeda cujo reverso é a segurança coletiva de caráter econômico.

Somos um grande receptor de investimentos, um expressivo importador das economias centrais e um importante provedor de matérias-primas e manufaturados baratos para o Norte. Nosso futuro afeta diretamente o próprio destino do sistema financeiro internacional" (48).

A América Central continuará sendo provavelmente a área de maior diferença entre o Planalto e a Casa Branca em matéria política. Brasília que verberou a atuação militar do Presidente Reagan em Granada repele qualquer tipo de intervenção na Nicarágua e apoia calorosamente o grupo de Contadora.

## 5. RELAÇÕES COM A UNIÃO SOVIÉTICA

Em sua entrevista coletiva de 17 de janeiro de 1985 respondendo a uma pergunta sobre as perspectivas das relações entre o Brasil e a União Soviética, disse o presidente eleito:

"Tenho um particular empenho que isso aconteça [comemoração do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética], porque me reservo a responsabilidade e a iniciativa de haver promovido o reatamento de relações do Brasil com a Rússia, quando no governo fui primeiro ministro e pudemos, realmente, restabelecer os nossos entendimentos democráticos. Hoje, os nossos objetivos são os mesmos de então, manter a Humanidade cada vez mais unida, dentro dos objetivos da paz, fazendo com que se respeite o princípio de não intervenção das potências estrangeiras mais fortes e poderosas, contra as potências estrangeiras mais frágeis e menos militarizadas" (49).

Os contactos da Nova República com o Leste europeu em geral e com a União Soviética em particular ampliar-se-ão. Na área comercial e econômica eles já são significativos. Pode-se prever a assinatura de acordos culturais. Eles existem entre vários países do Ocidente e a União Soviética. Independentemente da diversidade das ideologias e dos sistemas econômicos deverá crescer o reconhecimento efetivo da importância de Moscou no mundo contemporâneo.

Alguns sinais parecem corroborar estas afirmações. O atual embaixador do Brasil na URSS Ronaldo Sardemberg é um diplomata talentoso muito destacado. Assessorou em Brasília, durante muitos anos, o Chanceler e tem grandes conhecimentos acadêmicos sobre relações internacionais. A URSS tem manifestado seu desejo de intensificar os

vínculos bilaterais. A seu convite congressistas brasileiros visitaram em 1980 e 1983 oficialmente o país. Tanto a URSS como os Estados do Leste fizeram-se representar de forma significativa na posse do novo Governo ocorrida em 15 de março deste ano e formularam convites ao Chanceler Olavo Setúbal para visitar seus países. Este admitiu poder vir a ser o primeiro ministro das Relações Exteriores do Brasil a visitar Moscou. Abrindo um precedente ele compareceu à recepção oferecida pelo Embaixador Vladimir Tchernichov no dia dois de abril para comemorar o quadragésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS. Setúbal e Gromiko trocaram mensagens em razão desta data. Disse o primeiro que "nossas relações obedecem aos consagrados princípios de igualdade soberana, do respeito mútuo, de não ingerência nos respectivos assuntos comuns. A firme adesão de ambos os governos a esses princípios, bem como a disposição de manterem um relacionamento pautado pela lógica dos próprios interesses fazem crer que o processo de desenvolvimento regular e ordenado das relações bilaterais será intensificado. Neste sentido, há a explorar um vasto campo que compreende o uso freqüente dos mecanismos de consulta política, a retomada da expansão das trocas comerciais e econômicas, o intercâmbio cultural equilibrado e a dinamização da cooperação científica e tecnológica... Tudo o que já foi realizado em benefício do relacionamento entre o Brasil e a União Soviética, e mais ainda, as perspectivas favoráveis que se abrem para o fortalecimento de nossas relações e para o diálogo estável e produtivo entre nossos governos constituem motivos justos para nos felicitar-mos pela passagem deste quadragésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas" (50). O Dr. Olavo Setúbal foi também o primeiro chanceler brasileiro a conceder entrevista à Agência de Notícias Tass, da União Soviética. Cabe ressaltar que os círculos conservadores aceitarão provavelmente este novo quadro em razão inclusive dos altos predicados do atual Chanceler, membro do Partido da Frente Liberal e distinguida personalidade no mundo das finanças.

Em entrevista à Agência de Imprensa Nóvosti, declarou o Embaixador do Brasil junto ao Governo da União Soviética, Ronaldo Sardemberg:

"As perspectivas do conjunto das relações entre o Brasil e a URSS são favoráveis.

O atual nível de intercâmbio comercial — em torno de 600 milhões de dólares anuais pode ser elevado até alcançar o real potencial de

cooperação entre os dois países. Nossas trocas devem ser diversificadas. Nada impede, por exemplo, que os nossos dois países aumentem de forma substancial o seu comércio de produtos manufaturados. É importante também, explorar as possibilidades de conjugar esforços em projetos em terceiros países, especialmente na América Latina e na África, sempre que houver total concordância entre todas as partes envolvidas.

Na área da ciência e tecnologia, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica assinado pelos dois países em 1981 tem demonstrado resultados concretos. A cooperação nesse setor ainda pode ser incrementada. A principal área contemplada por este acordo tem sido a do intercâmbio de cientistas brasileiros e soviéticos.

A cooperação cultural tem-se concentrado na ida de grupos artísticos soviéticos ao Brasil e na participação em concursos internacionais realizados nos dois países. Tendo em vista o rico patrimônio artístico, cultural e desportivo do Brasil e da URSS, é possível esperar o desenvolvimento equilibrado de nossas relações nesses campos”(51).

## 6. CONCLUSÃO

A Nova República deverá manter os princípios tradicionais da política externa brasileira, muitos deles presentes em documentos como as Cartas da ONU e da OEA. São exemplos: autodeterminação dos povos, não intervenção, condenação do uso da força ou da ameaça do seu emprego nas relações internacionais, solução pacífica das controvérsias, fiel cumprimento dos tratados, implementação de boa fé dos compromissos internacionais livremente assumidos, respeito à soberania dos países, segurança coletiva inclusive econômica, igualdade das nações, rejeição de hegemonia própria ou alheia assim como de qualquer forma de interdependência vertical.

Uma diplomacia madura como a brasileira considera natural que mesmo em relação a países com os quais comparte muitos valores filosóficos e ideológicos possa haver divergências. Sem esperar seu fácil desaparecimento a Nova República empenhar-se-á em circunscrevê-las e em multiplicar suas convergências com todos os países do mundo.

O governo realizará grande esforço no sentido de obter melhores termos para a amortização da dívida externa, de diminuir barreiras protecionistas de outros países e de conquistar mais mercados para suas

exportações. Cabe ressaltar a grande familiaridade do Chanceler e do seu Secretário Geral com estas matérias.

A luta contra as desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento será acompanhada de medidas destinadas a diminuir os desequilíbrios regionais dentro do Brasil.

O Brasil vem ampliando crescentemente, sobretudo a partir de 1974, seus vínculos com o mundo exterior. Dentro deste processo pode-se prever um reatamento de relações com Cuba.

A 'diplomacia para resultados' promete ser sóbria no estilo, austera na administração dos bens públicos, sensível aos reclamos da cidadania, aberta ao diálogo com o Congresso, respeitosa dos direitos alheios, criativa, flexível e realista na promoção dos legítimos interesses nacionais.

## 7. BIBLIOGRAFIA CITADA

ALEIXO, José Carlos Brandi. Linhas gerais da política externa do Brasil. Síntese. Belo Horizonte. X (27): 57-83, jan./abr. 1983.

—, *O Brasil e a América Central*. Brasília. Câmara dos Deputados, 1984.

CHAVES, Aureliano; GUIMARÃES, Ulisses; MACIEL, Marco e NEVES, Tancredo. Este programa foi o começo. Compromisso com a nação. Documento da Aliança Democrática, de 7-8-1984. *Suplemento Nacional dos Diários Associados*. (Estado de Minas, Correio Braziliense etc.), 15.03.1985, p. 10.

CONDE, Carlos. O apoio ao Chanceler. *Jornal de Brasília*. Brasília, 10.03.1985, p. 12.

DANTAS, San Tiago. *Discursos Parlamentares*. Brasília. Câmara dos Deputados. Coleção de Perfis Parlamentares, 1983.

Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. *Dicionários histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária. Coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu.

KUBITSCHKE, Juscelino. *A Escalada Política. Meu Caminho para Brasília*. Volume II. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1976.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. Discurso de posse nas funções de Secretário Geral. Brasília, 18.03.1985, p. 2. Texto datilografado.

NEVES, Tancredo. A política externa do Brasil. Brasília. Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, 29.11.1984, Texto datilografado.

sem revisão final.

- Entrego-me ao serviço da nação. Discurso do presidente eleito. *Estado de São Paulo*, 16.01.1985, p. 1.
  - Entrevista Coletiva à Imprensa. Todas as medidas serão tomadas com rigor. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01.1985, p. 4-7.
  - Um instrumento de combate à crise. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9.10.1983, Cad. especial, p. 1.
- SARDENBERG, Ronaldo. Entrevista sobre as relações entre o Brasil e a União Soviética. *Boletim Informativo da Embaixada da URSS*. Brasília, nº 16, 29.03.1985, p. 2 e 3. Edição Especial.
- SETÚBAL, Olavo. *Discurso de posse. A diplomacia para resultados*. Estado de São Paulo, *São Paulo*, 16.03.1985, p. 7.
- Setúbal defende ajuda para o desenvolvimento. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 08.03.1985, p. 4.
- Setúbal e Gromiko trocam mensagens. *Jornal de Brasília*. Brasília, 03.04.1985, p. 12.

#### NOTAS :

- ( 1 ) Este artigo foi escrito no início de abril. Por motivo de enfermidade, o presidente eleito Tancredo Neves não tomou posse no dia 15 de março de 1985. Esta e outras vicissitudes podem afetar, se não os rumos, certamente o ritmo da Nova República. Cabe, porém, ressaltar que o vice-presidente e presidente em exercício José Sarney conhece a fundo o pensamento de Tancredo Neves e tem altos predicados para implementar suas idéias e o programa da Aliança Democrática.
- ( 2 ) Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária. 3º volume, p. 2386.
- ( 3 ) "Lavada" final: 300 votos de diferença. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.01.1985, p. 22.
- ( 4 ) Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1983, 3º vol., p. 2386.
- ( 5 ) Juscelino Kubitschek visitou a Cidade do Vaticano, Itália, França, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. (KUBITSCHEK, Juscelino. *A Escalada Política. Meu Caminho para Brasília*. Volume II. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1976, p. 459). Jânio Quadros visitou vários continentes. Arthur da Costa e Silva visitou os Estados Unidos.

- (6) Um instrumento de combate à crise. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09.10.1983, Caderno Especial, p. 1.
- (7) Este programa foi o começo. Nova República. *Suplemento Nacional dos Diários Associados*, 15.03.1985, p. 10.
- (8) *Ibidem*, p. 10.
- (9) Anteriormente, como Primeiro Ministro, Tancredo Neves já estivera no Vaticano. No Brasil, o presidente eleito e vários de seus Ministros tiveram encontros com autoridades e próceres religiosos. Igrejas das mais diversas denominações tem orado pela sua recuperação.
- (10) Tudo isso contribuiu para que a cerimônia de posse de 15 de março de 1985 fosse a mais concorrida da história do Brasil. Compareceram numerosos chefes de Estado e de Governo.
- (11) NEVES, Tancredo. Conferência sobre Política Externa do Brasil. Brasília. Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, 29.11.1984. Texto datilografado, sem revisão final.
- (12) Todas as medidas serão tomadas com rigor. *Estado de São Paulo*. São Paulo. São Paulo, 18.01.1985, p. 4-7.
- (13) Setúbal, 'a diplomacia para resultados'. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.03.1985, p. 7.
- (14) NEVES, Tancredo. Conferência sobre política externa do Brasil. Brasília, Câmara dos Deputados, 29.11.1984, p. 23. Texto datilografado.
- (15) Idem, *Ibidem*, p. 4. (16) Idem, *Ibidem*, p. 1-2.
- (17) Entrego-me ao serviço da nação. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.1.1985, p. 1.
- (18) *Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01. 1985, p.
- (19) Ver a respeito: ALEIXO, José Carlos Brandi. Linhas gerais da política externa do Brasil. *Síntese*. Belo Horizonte, X (27): 57-83, jan./abr. 1983.
- (20) Setúbal defente ajuda para o desenvolvimento. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 08.03.1985, p. 4.
- (21) Idem, *ibidem*, p. 4. (22) Idem, *ibidem*, p. 4.
- (23) NEVES, Tancredo. Política Externa do Brasil. Brasília. Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. 21.11.1984. Texto datilografado, p. 5.
- (24) NEVES, Tancredo. Entrevista Coletiva. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01.1985, p. 5.
- (25) Setúbal, a 'diplomacia para resultados'. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.03.1985, p. 7.
- (26) Idem, *Ibidem*, p. 7.
- (27) LIMA, Paulo Tarso Flecha de. Discurso de posse nas funções de Secretário

- Geral. Brasília, 18.03.1985, p. 2. Texto datilografado.
- (28) Setúbal, a 'diplomacia para resultados'. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.03.1985, p. 7.
- (29) LIMA, Paulo Tarso Flecha de. Discurso de posse nas funções de Secretário Geral. Brasília, 18.03.1985, p. 4. Texto datilografado.
- (30) SETÚBAL, Olavo. Política externa flexível, criativa e realista. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.03.1985, p. 7.
- (31) Setúbal, a 'diplomacia para resultados'. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.03.1985, p. 7.
- (32) CONDE, Carlos. O apoio ao Chanceler. *Jornal de Brasília*. Brasília, 10.03.1985, p. 12.
- (33) O ex-presidente João Figueiredo inovou ao visitar após a posse em primeiro lugar, um país latino-americano, a saber, a Venezuela.
- (34) São exemplos significativos a Argentina com Raul Alfonsin e o Uruguai com Julio Maria Sanguinetti. Afirmou Tancredo Neves em 17 de janeiro de 1985: "O progresso da luta pela democracia no Cone Sul está hoje, mercê de Deus muito avançado... Onde temos realmente problemas é no Chile, e a posição do governo brasileiro e de toda a consciência nacional é de apoio intransigente às forças democráticas que lutam neste país pela restauração das instituições livres. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01.1985, p. 5.
- (35) NEVES, Tancredo. Conferência sobre política exterior do Brasil. Brasília. Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, 29.11.1984. Texto datilografado, p. 19.
- (36) Idem, *Ibidem*, p. 19.
- (37) Sobre o tema ver ALEIXO, José Carlos Brandi. *O Brasil e a América Central*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1984.
- (38) NEVES, Tancredo. Conferência sobre política externa do Brasil. Brasília. Câmara dos Deputados, 21.11.1984, p. 20-1, texto datilografado.
- (39) Idem, *Ibidem*, p. 25. (40) Idem. *Ibidem*, p. 25.
- (41) *Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01.1985, p. 6.
- (42) NEVES, Tancredo. Conferência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Brasília, 29.11.1984, p. 24. Texto datilografado.
- (43) É interessante ler o discurso do Chanceler San Tiago Dantas, membro do Gabinete presidido por Tancredo Neves, explicando o reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética. Menciona ele termos do convênio assinado pelas Partes e estabelecido após estudos e sugestões do Conselho de Segurança Nacional (Discurso de 23.11.1961 – DANTAS, San Tiago. *Discursos Parlamentares*. Brasília, Câmara dos Deputados. Coleção de Perfis Parlamentares, 1983, p. 403-451.
- (44) NEVES, Tancredo. Política externa do Brasil. Brasília. Comissão das Rela-

ções Exteriores, 29.11.1984, p. 10-1, texto datilografado.

- (45) Idem, *Ibidem*, p. 12. (46) Idem, *Ibidem*, p. 17-8.
- (47) *Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01.1985, p. 5.
- (48) SETÚBAL, Olavo. Política externa flexível, criativa e realista. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 16.03.1985, p. 7.
- (49) *Estado de São Paulo*. São Paulo, 18.01.1985, p. 7. Cabe recordar que em 1824 já havia Encarregado de Negócios do Brasil junto ao Governo da Rússia. Em 1917 o Brasil retirou de São Peterburgo sua representação diplomática. As relações entre o Brasil e a União Soviética foram estabelecidas em 2 de abril de 1945. Rompidas em dezembro de 1947, foram reatadas em 23 de novembro de 1961.
- (50) Setúbal e Gromiko trocam mensagem. *Jornal de Brasília*. Brasília, 03.04.1985, p. 12.
- (51) *Boletim Informativo da Embaixada da URSS*. Brasília, nº 16, 19.03.1985, p. 2 e 3. Edição Especial.